

ORIENTAÇÕES PRELIMINARES PARA AS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE DA CIDADE DE LISBOA 2014-17

· Conselho Municipal de Juventude ·



JUNHO DE 2014

Índice

1. Sumário Executivo	3
2. O Que é o CMJ de Lisboa?	3
2.1 O Que é “Política de Juventude”?	5
3. O Processo de Dinamização do CMJ (Maio 2014)	6
4. As recomendações	7

1. Sumário Executivo

A Câmara Municipal de Lisboa (CML), através do Pelouro dos Direitos Sociais, iniciou em maio de 2014 um processo de dinamização do Conselho Municipal de Juventude (CMJ) - um órgão consultivo que procura dar voz às diversas organizações e associações de jovens que habitam a cidade possibilitando o seu envolvimento na discussão dos destinos do município.

O presente documento apresenta os principais resultados deste processo, nomeadamente no quadro das políticas municipais de Juventude 2014-17.

2. O Que é o CMJ de Lisboa?

O Conselho Municipal de Juventude é um órgão consultivo que procura dar voz aos jovens que habitam na cidade, através das suas diversas organizações, associações e grupos informais, possibilitando o seu envolvimento na discussão dos destinos do município, nomeadamente em matérias relacionadas com a política de Juventude.

O CMJ de Lisboa foi criado em 1991 (sendo o primeiro do país) por ocasião da criação do Pelouro da Juventude na CML.

O CMJ já esteve bastante activo, chegando a ser o espaço de referência para a cooperação das organizações e da CML no sector da Juventude, nomeadamente, na organização de actividades em conjunto.

A última reunião decorreu a 12 de abril de 2012, contando com a presença do então vereador com o Pelouro da Juventude, Manuel Brito, representantes das juntas de freguesia e membros de várias associações de estudantes do Ensino Secundário e Superior e diversas organizações de jovens.

Segundo a Lei nº6/2012, de 10 de Fevereiro, sobre o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, são fins do CMJ:

- a. Colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais,

- nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e acção social;
- b. Assegurar a audição e representação das entidades públicas e privadas que, no âmbito municipal, prosseguem atribuições relativas à juventude;
 - c. Contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude;
 - d. Promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no município respectivo;
 - e. Promover a divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude;
 - f. Promover iniciativas sobre a juventude a nível local;
 - g. Colaborar com os órgãos do município no exercício das competências destes relacionadas com a juventude;
 - h. Incentivar e apoiar a actividade associativa juvenil, assegurando a sua representação junto dos órgãos autárquicos, bem como junto de outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
 - i. Promover a colaboração entre as associações juvenis no seu âmbito de actuação.

Segundo a Lei acima referida, a composição dos CMJ's resume-se da seguinte forma:

- a. O Presidente da Câmara Municipal, que preside (no caso de Lisboa esta competência foi delegada no Vereador do Pelouro dos Direitos Sociais, onde está integrada a área política da Juventude);
- b. Um membro da assembleia municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na assembleia municipal;
- c. O representante do município no conselho regional de juventude;
- d. Um representante de cada associação juvenil com sede no município inscrita no Registo Nacional de Associações Jovens (RNAJ);
- e. Um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no município;
- f. Um representante de cada associação de estudantes do ensino superior com sede no município;

- g. Um representante de cada federação de estudantes inscrita no RNAJ cujo âmbito geográfico de actuação se circunscreva à área do concelho ou nas quais as associações
- h. de estudantes com sede no município representem mais de 50 % dos associados;
- i. Um representante de cada organização de juventude partidária com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República;
- j. Um representante de cada associação jovem e equiparadas a associações juvenis, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 23/2006, de 23 de Junho, de âmbito nacional.

Em Lisboa, o CMJ encontra-se a seguir uma abordagem mais inclusiva do que o exigido pela Lei, na tentativa de proporcionar também oportunidade de participação a grupos informais e a jovens “não organizados”.

O processo de (re)dinamização do CMJ de Lisboa teve início em Maio de 2014 e pretende reagrupar os actores no domínio da Juventude em Lisboa, melhorando as condições para a participação dos jovens no desenvolvimento das políticas municipais da cidade .

2.1 O Que é “Política de Juventude”?

Para a CML, as Políticas de Juventude são as políticas públicas relacionadas com os e as jovens e com as suas aspirações e necessidades. A política de Juventude em Lisboa visa alcançar objectivos que são considerados do melhor interesse para todos e todas as jovens na cidade.

Lisboa, infelizmente, ainda não está no ponto desejável de desenvolvimento da sua política de Juventude e é também por essa razão que se considera esta uma das

principais áreas de trabalho do CMJ – desenvolver e monitorizar as políticas de juventude da cidade.

As políticas de Juventude poderão incluir:

- a. A organização ou cooperação na organização de eventos regulares;
- b. A organização ou cooperação na organização de iniciativas pontuais;
- c. A implementação de programas de apoio no sector da Juventude;
- d. O desenvolvimento de documentos estratégicos e processos de tomada de decisão relacionados;
- e. Contemplação nos Planos de Actividades e Orçamentos anuais da CML.

3. O Processo de Dinamização do CMJ (Maio 2014)

O processo de dinamização já referido foi estruturado tendo em conta as seguintes componentes e princípios:

- **Formação/capacitação** – o CMJ deve criar as oportunidades para a aprendizagem dos jovens sobre (e para) os assuntos pertinentes - porque “nenhum jovem nasce ensinado”, nomeadamente em competências para a Participação e a Cidadania Democrática, presentemente ausentes dos currículos formais de ensino.

- **Abordagem inclusiva** – o CMJ deve criar espaço para a participação de todos/as os/as jovens, sem prejuízo dos critérios estabelecidos pela Lei dos CMJ's.

- **Participação significativa** – o CMJ deverá ser construído em parceria significativa com os/as jovens e organizações, em consciência dos diferentes níveis de participação, como propostos por Roger Hart¹.

- **Coerência metodológica** – enquanto órgão consultivo que é, os assuntos do CMJ deverão ser tratados em constante consulta com os seus constituintes.

¹ <http://www.freechild.org/ladder.htm>

- **Garantia de resposta** – a CML deverá assegurar respostas significativas às considerações do CMJ, nomeadamente, no que diz respeito à operacionalização política de recomendações.

Neste contexto e, para o efeito, foram programadas 3 sessões informais prévias à realização da sessão formal do CMJ prevista para 30 de Junho.

A 1ª sessão decorreu a 3 de maio onde se abordou o que é o CMJ, os seus principais desafios, apontando-se algumas diretrizes para o processo de dinamização.

Na 2ª sessão que teve lugar a 17 de maio de 2014 o principal objectivo consistiu na identificação de alguns dos problemas, obstáculos e necessidades no domínio da juventude em Lisboa.

Por último, a 3ª sessão que ocorreu a 31 de maio de 2014, entre as 9h15 e as 16h40, na Quinta Pedagógica dos Olivais e teve como principais objectivos:

- Dar continuidade à aferição de problemas, obstáculos e necessidades sentidos pelos jovens e organizações presentes e consolidar os aferidos anteriormente;
- Formular recomendações dirigidas à CML relativas à agenda política de Juventude em Lisboa.

A participação nos três encontros informais foi diversificada e contou com a presença de 40 participantes e de 19 entidades, incluindo associações juvenis RNAJ (ou equiparadas), associações de estudantes do ensino superior, juventudes partidárias, grupos informais de jovens, entre outras.

4. As recomendações

A concluir o processo de dinamização do CMJ ocorrido em Maio, foram formuladas recomendações, dirigidas à CML, com vista ao desenvolvimento das políticas municipais de juventude no período 2014-17. Estas recomendações decorreram de três grupos de trabalho sem enquadramento temático específico e apresentam-se de seguida:



Recomendações – Grupo 1

- Criar uma plataforma que centralize a oferta de Apoios e programas de financiamento (nas diversas áreas temáticas) para o desenvolvimento de ideias e projectos bem como a interacção em rede dos seus intervenientes.
- Criar uma Plataforma de Emprego Jovem, que centralize a procura e oferta de oportunidades profissionais e de formação na cidade de Lisboa para jovens. A plataforma deverá ser um esforço de cooperação entre as Juntas de Freguesia e CML, e disponibilizada online;
- Criar um Programa de Estágios em diversas modalidades (estágios de curta duração e estágios profissionais de longa duração) através de Protocolo entre CML e outras entidades acolhedoras como medida de incentivo à experiência profissional e empregabilidade dos jovens em Lisboa;



Recomendações – Grupo 2

- Construir, reconstruir e manter parques infantis e zonas de convívio e lazer dos jovens;
- Promover com as entidades públicas empresariais da área da mobilidade em Lisboa a criação de um passe “Navegante Jovem” com um custo reduzido para os utilizadores até 30 anos em prol da justiça social e em linha com o Cartão Jovem;
- Transformar todos os espaços públicos e plataformas intermodais que permita o acesso dos jovens com necessidades especiais e mobilidade reduzida;

- Redinamizar a rede de transportes noturnos por forma a garantir total mobilidade 24 horas;
- Expandir e manter as ciclovias e garantir a conectividade de todas as vias;
- Rever o conceito de educação não formal e sistematizar e divulgar por plataforma online todos os projectos, medidas e associações de educação não formal a ocorrer e realizar em Lisboa;
- Criar, incentivar e integrar projectos e programas de educação não formal de férias escolares em conjunto com os operadores de educação não formal;
- Conceder apoios financeiros e não financeiros a todas as entidades e associações que desenvolvam projectos comprovados de educação não formal;
- Trazer os referidos projectos de educação não formal para a sala de aula, especialmente aqueles se prendem com a informação e formação dos direitos e deveres dos jovens;
- Revitalizar o trabalho educativo de rua junto de populações jovens em risco social ou económico com expectativa de resultados a médio e longo prazo;
- Realizar sessões de capacitação e esclarecimento tanto formais como informais dos processos, conclusões, medidas e programas de intervenção levados a cabo pela CML na área da Juventude;
- Celebrar e divulgar protocolos entre a CML, os serviços de apoio social das Universidades e instituições de saúde em prol da facilitação e acesso universal e proporcionalmente gratuito dos meios de saúde às camadas jovens da população.
- Rever o desenho dos espaços públicos no que concerne ao escoamento de águas, protecção e utilização inteligente dos lençóis freáticos e espaços urbanos resultantes;

- Operacionalizar a fiscalização, monitorização e controlo de qualidade do referido traçado;



Recomendações – Grupo 3

- Melhorar a comunicação, o atendimento e relação entre a população jovem da cidade e a CML criando um gabinete de atendimento ao jovem e associações juvenis, que internamente se articula com os diversos serviços e pelouros da CML. Trabalhar a divulgação desse gabinete;
- O gabinete seria também uma forma de detetar necessidades e oportunidades na juventude;
- Lista de espaços, da CML, para atividades gratuitas e pagos e seu regulamento;
- Comunicar a Lista das associações juvenis de Lisboa e seus contatos - criar movimento da juventude de Lisboa;
- Criar mecanismos de apoio a jovens estudantes e trabalhadores deslocados. (ao nível da habitação, transporte, acesso a atividades culturais e saúde – através dos serviços sociais da CML e serviços sociais das universidades que existem e estão a ser subaproveitados em trabalho continuado.);
- Dar informação sobre programas que os jovens e associações se podem candidatar;
- Auditar e supervisionar residências sociais académicas juvenis e promover a melhoria de instalações;

- Criar cartão jovem Lisboa – descontos em serviços públicos, culturais, desporto e transportes;
- Gabinete móvel para dar a conhecer e prestar informações – tipo caravana cidadania ou como eram as bibliotecas itinerantes;
- Participação do gabinete móvel em iniciativas associativas locais;
- Informação sobre direitos cívicos, laborais e do consumidor;
- Fazer página para a juventude agregada ao site da CML, com newsletter;
- Dinamizar economia local como forma de aumentar o emprego jovem;
- Criação de rede de empresas e micro negócios locais geridos pelos jovens como promoção da malha social da cidade;
- Ocupação de espaços camarários com negócios (regime de divisão de espaço / recursos).